

CÂMARA MUNICIPAL DE MARINGÁ

Avenida Papa João XXIII, 239 - CEP 87010-260 - Maringá - PR - https://www.cmm.pr.gov.br

PROJETO DE LEI Nº 17290/2025

A Câmara Municipal de Maringá, Estado do Paraná,

APROVA:

Dispõe sobre a punição das práticas discriminatórias contra mulheres no mercado de trabalho e institui o Programa Municipal de Igualdade de Oportunidades no Trabalho, no âmbito do Município de Maringá.

- **Art. 1.º** Fica vedada, no âmbito do Município de Maringá, a adoção de quaisquer práticas discriminatórias que restrinjam ou comprometam a igualdade de acesso e permanência das mulheres no mercado de trabalho.
- Art. 2.º Consideram-se, dentre outras, práticas discriminatórias contra mulheres no ambiente de trabalho:
- I requerer informações sobre condições de fertilidade ou gravidez em processos seletivos ou como condição para admissão e permanência no emprego;
- II exigir ou solicitar testes laboratoriais ou exames médicos que não estejam previstos em normativas oficiais de segurança e saúde ocupacional, tais como: testes de gravidez, comprovação de esterilização ou exame ginecológico periódico, como condição para admissão e manutenção do emprego;
- III impor restrições ou penalidades relacionadas à maternidade, incluindo discriminação contra gestantes, lactantes ou mães em qualquer etapa do vínculo trabalhista;
- IV estabelecer qualquer tipo de desigualdade de tratamento em processos de promoção, capacitação ou desligamento com base em gênero e estado civil.
- Art. 3.º Para garantir a efetividade da vedação à violação do direito das mulheres ao emprego, a Administração Municipal deverá implementar um sistema de monitoramento ativo, utilizando denúncias registradas por meio de canais públicos e ações de fiscalização direta conduzidas por agentes capacitados, com foco na identificação de práticas discriminatórias em estabelecimentos comerciais, industriais e de prestação de serviços.
- **Art. 4.º** O descumprimento do disposto nesta Lei sujeitará o infrator às seguintes sanções administrativas, aplicáveis de forma proporcional à gravidade da infração:
 - I advertência escrita, com prazo para adequação;
 - II multa, conforme a capacidade econômica do infrator e a reincidência;
 - III suspensão temporária do alvará de funcionamento;
 - IV cassação definitiva do alvará de funcionamento.

- § 1.º As sanções previstas neste artigo serão aplicadas pela autoridade administrativa competente, assegurados o contraditório e a ampla defesa ao estabelecimento infrator.
- § 2.º Os valores arrecadados com as multas serão destinados às iniciativas de promoção da igualdade de gênero e capacitação profissional para mulheres.
- **Art. 5.º** Fica instituído o Programa Municipal de Igualdade de Oportunidades no Trabalho, com os seguintes objetivos e mecanismos de avaliação e monitoramento:
- I realizar campanhas educativas sobre os direitos das mulheres no ambiente de trabalho;
- II promover capacitação de servidores municipais para fiscalização e aplicação das normas de combate à discriminação;
- III estabelecer parcerias com entidades privadas e organizações sociais para criação de oportunidades de emprego para mulheres em situação de vulnerabilidade, mediante concessão de incentivos fiscais, facilitação de acesso a linhas de crédito municipais e reconhecimento público por meio de certificações de responsabilidade social.
- **Art. 6.º** O Chefe do Poder Executivo regulamentará a presente Lei, detalhando os procedimentos de fiscalização, a aplicação de sanções e a execução do Programa Municipal de Igualdade de Oportunidades no Trabalho.
- **Art. 7.º** As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.
 - Art. 8.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário Vereador Ulisses Bruder, 19 de fevereiro de 2025.

PROFESSORA ANA LÚCIA Vereadora-Autora



Documento assinado eletronicamente por **Ana Lúcia Rodrigues**, **Vereadora**, em 07/03/2025, às 15:27, conforme Lei Municipal 9.730/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.cmm.pr.gov.br/verifica informando o código verificador **0374746** e o código CRC **0EA847A3**.

25.0.000003442-0 0374746v5